

CAPELA

**DA SENHORA
DA PIEDADE
DA QUINTÃ**

PAREDES

CAPELA

DA SENHORA
DA PIEDADE
DA QUINTÃ

PAREDES



Planta.

Baltar, outrora honra da Casa de Bragança e hoje freguesia do concelho de Paredes, ainda é um dos principais lugares de passagem do Entre-Douro-e-Minho, que o intenso tráfego automóvel e as novas vias de comunicação confirmam¹. Fazia parte da velha estrada medieval do Porto a Penafiel e ao lugar faz demorada alusão o escritor Camilo Castelo Branco, no seu romance *Vinte horas de liteira* – tempo necessário, segundo ele, para, em meados do século XIX, percorrer o itinerário de Vila Real ao Porto. No conto *Os percevejos de Baltar*, compilado neste livro, Camilo discorre longamente e em tom algo jocoso sobre as excentricidades sucedidas na estalagem que aqui existia, uma das várias que davam apoio aos viajantes do Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes (Castelo Branco, 2002: 161-168). De resto, a toponímia preservou a memória do sítio como local de convergência: “Ponte da Pedra”, sinal de que o caminho encontrava aqui travessia segura. E não é lembrança recente, porquanto no tombo da igreja de Baltar, datado de 1600, já se refere a dita ponte pétrea².

Situada nas proximidades desta estrada, não muito longe do lugar de Quintã, situa-se a Capela da Nossa Senhora da Piedade, edifício de volumetria discreta, cujo arco cronológico de edificação assinala as vicissitudes dos homens e dos tempos que a pensaram. O pároco de Baltar denomina-a, em 1758, como ermida e titula-a como da Senhora da Quintã, por estar próxima ao lugar assim chamado (Ferreira, 1758 *apud* Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 475), topónimo revelador da importância do local na humanização medieval, do latim *quintana*, pequena habitação ou casal de tipo senhorial.

391

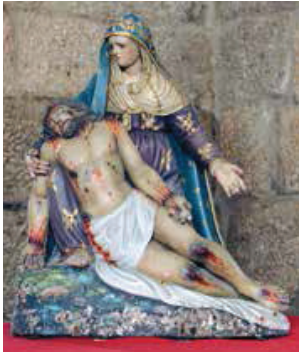


Vista aérea.

¹ A honra integrou o património da Casa de Bragança com Nuno Álvares Pereira. Havia sido, porém, anteriormente dos Pereiras, que a trocaram com o Condestável. Em 1706 era este o seu estatuto: abadia dedicada a São Miguel, do padroado da Casa de Bragança e as rendas divididas entre esta e o mosteiro das Chagas das Religiosas de São Francisco de Vila Viçosa. A eleição do juiz da honra era popular, confirmado pela ouvidoria de Barcelos (instituição equiparada a comarca, uma das que a Casa de Bragança superintendia na região norte) e nela serviam os escrivães do concelho de Aguiar do Sousa (Costa, 1706-1712: 378).

² “Ponte da pedra” (ADP, 1600: fl. 226 v.º). Esta ponte é um ponto referencial frequente para a limitação das propriedades; “(...) parte do poente que parte com o Ribeyro que vem da ponte da pedra tem ao redor uveiras de vinho e do norte parte com o camjnho que vem da mamoa pera a Igreja (...)” (ADP, 1600: fl. 227). Mais adiante refere-se um sítio entre duas pontes, talvez destinadas a trânsitos diversos (locais e regionais): “Hum llamejro que chamão damtre as pontes (...)” (ADP, 1600: fl. 229 v.º).





Capela-mor. Parede fundeira. Nicho. Escultura. Virgem da Piedade.

A ermida de Nossa Senhora da Piedade, na freguesia de Baltar, enquadra-se na tipologia de edifício de culto, cuja porta axial aberta ao espaço público remete para espaço de devoção comunitária ou patronal. Este tipo de estrutura, de planta simples em que é frequentemente ausente a capela-mor (não sendo este o caso), distingue-se das capelas – edifícios de pequenas dimensões, de administração particular, adossadas a casas senhoriais ou igrejas – pela sua dedicação a santos ou invocações cristológicas e marianas, com especial atratividade à veneração comunitária. Entender a localização é essencial para perceber a origem da ermida. Embora possa admitir-se num contexto urbano, a sua origem é, como o étimo refere, um local de devoção excêntrico ao burgo, em local ermo, isolado ou periférico. Não obstante, é comum confundir-se capela e ermida, mormente, a partir do século XVIII, constituírem ambas a expressão vocabular para o mesmo significado: edifício de pequenas dimensões, onde se venera uma invocação com especial fama para o vulgo³.

Enquadra-se a ermida, ou capela, portanto, de Nossa Senhora da Piedade no espaço comunal periférico ao lugar da Quintã, sendo deste a expressão religiosa coletiva, no sentido de elemento protetor e aglutinador do termo comunal. A sua implantação é sobretudo expressiva: edificada segundo a orientação canónica, à margem da estrada medieval, aproveitou parte da área agrícola para a abertura dos seus alicerces. É, pois, natural que a sua origem fosse uma edícula destinada à veneração de entidade cristã propiciatória⁴. As diferentes fases de construção, claramente visíveis na estrutura, como veremos, levam-nos a pensar que às diferentes épocas de construção correspondam, também, interesses diversos sobre a invocação venerada nesta ermida. Sobre um ou mais cultos venceu o mariano, depois titulado Virgem da Piedade, expressão de sofrimento materno como reação à tragédia no Gólgota – tópico ao gosto reformista, que poderá ter estado na base da mudança de orago.

Embora não esteja localizada no cume ou encosta de um outeiro, como a maioria das ermidas-calvário que sinalizaram a paisagem ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII (construções em parte influenciadas pela prédica franciscana), é provável que a Capela da Nossa Senhora da Piedade integrasse o tópico do Calvário ou a Via-Sacra, dirigindo-se-lhe uma das procissões quaresmais⁵. Infelizmente, a documentação é omissa, pelo que apenas podemos conjecturar sobre esta circunstância.

Estamos perante um edifício de difícil datação. Em resposta ao Inquérito enviado a todos os párocos das freguesias do bispado do Porto em 1864⁶, o abade Agostinho Lopes Coelho Ferraz, pároco de Baltar, alude à existência da “Capella de N. S^a. da Piedade sito no logar da Quintã, que está bem conservada”⁷. No entanto, não consegue o pároco especificar “da data da sua edificação, mas mostra ser antiquíssima por sua architectura está no gosto gothico”⁸.

3 Sobre esta problemática veja-se o que referimos em Resende (2011).

4 Supomos que se refira à ermida a seguinte passagem: “Ho campo do viso que esta na agra de nossa Senhora (...)” (ADP, 1600: fls. 232 v.º–233).

5 Próximo à ermida situa-se o sítio do “Calvário”.

6 Victor Le Cocq fora incumbido, por portaria emitida pelo Ministro das Obras Públicas, de confeccionar um mapa do estado de conservação de todos os edifícios, respetiva reparação e despesas autorizadas, que estavam a cargo daquele ministério. Desses edifícios faziam parte os que eram considerados monumentos, igrejas paroquiais e capelas públicas, entre outros (Rosas, 1995: 511 e ss).

7 Ferraz, Agostinho Lopes Coelho – Missiva, 21 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3215/21. Igrejas do Concelho de Paredes. 1864–1869.

8 Idem.

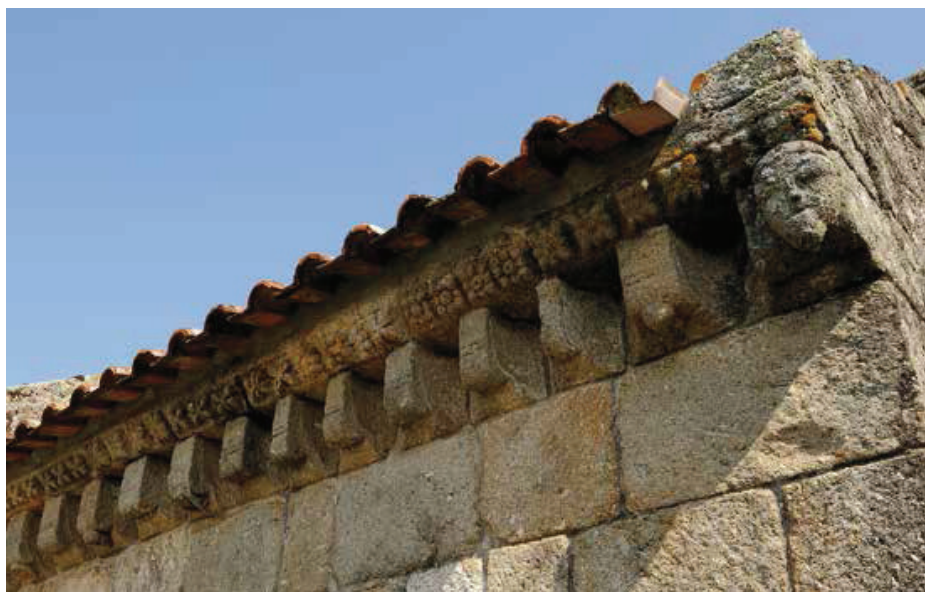
Recorde-se, desde já, que apenas data de 1870 o primeiro estudo que entre nós se consagrou em concreto à temática da arquitetura da época românica portuguesa, então designada de “romano-byzantina” (Simões, 1870). Acompanhando a tendência da historiografia estrangeira sobre a matéria, embora evidenciando um grande desfasamento temporal, a verdade é que só ao longo do século XIX se começou a valorizar a arquitetura medieval enquanto tal, libertando-a definitivamente do estigma criado pelo Renascimento italiano. Entendido o termo “gótico” como “bárbaro” (porque não romano), assumindo assim um carácter pejorativo, este foi desde então aplicado a todo o tipo arquitetónico que não se enquadrava, pelas suas características nem na arquitetura da Antiguidade Clássica, nem naquela que resultou do seu “renascimento”. Ou seja, entendendo-se que os godos foram os responsáveis pela construção de toda a arquitetura edificada entre 410 (data da destruição de Roma por Alarico) e 1419 (data em que pela primeira vez se testemunha a ação de Brunelleschi), “gótico” e Idade Média passam a ser entendidos como sinónimos, ambos conceitos pejorativos e associados a uma longa diacronia histórica. Além disso, o termo “românico” não se encontrava ainda divulgado em Portugal. Só em 1870 é que Augusto Filipe Simões estuda pela primeira vez entre nós este estilo arquitetónico enquanto tal, apesar da imprecisão terminológica que lhe está ainda associada⁹. Daí que não seja de espantar o facto de o pároco de Baltar classificar a Capela da Senhora da Piedade da Quintã como “gothica”. Além disso, este relator alude à “antiguidade” da mesma. Não nos podemos esquecer do contexto romântico que então se vivia, da nostalgia por um passado que estava na ordem do dia, refletida na valorização do valor histórico e do valor de antiguidade do património edificado que então se começava a reconhecer e a salvaguardar entre nós¹⁰.



Fachada sul.

⁹ Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Botelho (2010).

¹⁰ Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Rosas (1995).



Fachada sul. Capela-mor. Cachorros.

Composta por nave única e capela-mor retangular, a Capela da Quintá distingue-se pelas suas reduzidas dimensões, compreensíveis atendendo à sua função de ermida, acentuada em 1758. Atente-se ao seu aparelho exterior: na capela-mor é composto por silhares isódomos, embora de dimensões diferentes, mas todos definindo uma altura regular das fiadas. Já na nave, o aparelho é completamente irregular, caracterizado por um *modus aedificandi* vernacular. É por esta razão que cremos estarmos diante de um edifício construído em duas fases distintas, sendo que a primeira corresponde à abside e datará de finais do século XIII ou do primeiro quartel do século seguinte.

Assim sendo, julgamos que no caso da Quintá apenas existiu por algum tempo a cabeceira, desempenhando as funções de ermida. O aparelho desta secção do edifício denuncia um maior cuidado posto na edificação da sua fábrica. Por outro lado, os poucos elementos decorados encontram-se também aqui: uma cornija ostenta motivos florais relevados. A variedade de temas leva-nos a ponderar a hipótese de ter havido algum tipo de reaproveitamento de silhares previamente relevados ou, até, provenientes de uma outra edificação, quiçá anterior. Entre eles, identificamos exemplares idênticos ao motivo que Joaquim de Vasconcelos definiu com o “n.º 45 – flor de hera, quadrifólio, com folhas chanfradas; motivo isolado; alto relevo”, no seu inventário de “Formas ornamentaes extrahidas dos monumentos portugueses e classificadas segundo a sua analogia” (Vasconcelos e Abreu, 1918: 71-72). A cornija é sustentada por uma cachorrada onde, também, identificamos uma irregularidade ao nível da forma e dos motivos, embora prevaleçam os cachorros de proa, sendo alguns deles por vezes pontuados por um motivo floral ou por uma máscara. Os cachorros de proa da cabeceira da Igreja de Cête (Paredes), em tudo idênticos a estes da Capela da Quintá, têm sido datados dos finais do século XIII, se não mesmo do primeiro quartel do século XIV (Rosas, 2008: 162).



Fachada sul. Capela-mor. Cachorros.

Num dado momento, foi acrescentada a nave, conforme denuncia a diferença de paramentos. Várias razões poderão estar por detrás desta ampliação do templo. Uma maior afluência de fiéis? Uma vontade de nobilitação, no sentido de ampliação, por parte de algum senhor ou de alguma irmandade ou confraria da localidade? A mudança de orago, que já conjeturámos? A ausência de fontes documentais sobre este edifício não nos permitem aferir quaisquer outros aspetos sobre este assunto. Apenas os indícios no próprio monumento nos deixam antever estas hipóteses, cujas causas não podemos explicar e cuja cronologia não podemos precisar.

Tal como a Igreja de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) ou a igreja de São Pedro da Ermida do Douro (Cinfães), a Capela da Quintã enquadra-se perfeitamente na categoria do que tem vindo a ser designado como “românico popular”. Todas estas igrejas apresentam uma estrutura comum a muitos outros edifícios medievais portugueses, testemunhando a persistência do *modus aedificandi* românico e das formas que lhe são tidas como características além da própria época românica. A historiografia mais recente tem vindo a enquadrar esta tipologia arquitetónica, se é que assim a podemos designar, como uma das fâcies do “românico de resistência”, pois é passível de ser identificada, inclusive, no século XVI. Vários fatores podem concorrer para a persistência das fórmulas românicas durante tão longo período. O isolamento técnico, cultural e económico-social pode produzir, de certa forma, a sobrevivência e a estagnação de



Fachada ocidental.



Igreja de Vila Verde (Felgueiras). Fachadas ocidental e sul.

determinadas fórmulas de construção e, conseqüentemente, a incapacidade de adoção de novos modelos, apesar de serem conhecidos. A dada altura, o modo construtivo românico estava já tão assimilado que, em determinados contextos, um novo estilo, como o gótico ou já a estética renascentista, acabaram por se converter em “luxos eruditos”. Só assim se pode compreender a “ruralização” e a permanência fora da sua época de determinados modelos artísticos, mais concordantes com as condições socioeconómicas e espirituais de um dado contexto, mais periférico relativamente aos grandes centros artísticos da época, mais cosmopolitas e mais atrativos para os artistas e artífices de formação mais erudita.

Creemos que, mais do que a igreja da Ermida do Douro, a Capela da Quintá assume uma vernacularização das formas, conforme atesta a irregularidade do aparelho que dá corpo à nave ou o perfil do seu portal principal, apenas inscrito na espessura do muro, não ostentando qualquer elemento decorativo. Ligeiramente quebrado, as suas aduelas são também elas de perfil irregular. Na fachada principal, além deste elemento, apenas se destaca uma sineira que procura criar uma ilusória verticalidade. Posiciona-se ao centro, no vértice da empena. Não fôra o portal sul, poderíamos dizer que os alçados da nave definem paramentos cegos. Fechada sobre si própria, a Capela da Quintá mostra-se interiormente bastante contida. Também aqui conseguimos distinguir bem as diferenças existentes ao nível da qualidade dos paramentos. Uma análise atenta do arco triunfal leva-nos a supor que este tenha sido transformado durante a Época Moderna, tendo em conta o carácter regular das suas aduelas (comparativamente à restante fábrica), embora se tenha reaproveitado um friso de época anterior, ornado com motivos florais relevados, adaptando-o a imposta. Na parede fundeira da abside destaca-se uma estreita fresta de sabor românico.

Partindo de um conceito atual, a historiografia da arte tende a considerar arcaizantes¹¹ edifícios como as igrejas da Ermida do Douro, São Mamede de Vila Verde ou a Capela da Quintá.

11 Sobre este assunto veja-se Dias (1994: 151 e ss)

Diversos aspetos permitem-nos compreender o âmbito deste tipo arquitetónico, tido como caracteristicamente rural, embora mais depressa o consideremos como popular, indicando assim mais verosimilmente a realidade cultural da época¹². Diversos parâmetros permitem-nos compreender aquilo a que alguns autores têm chamado já de “românico popular”: a existência de uma necessidade de primeira ordem (o culto, por parte da comunidade), a limitação financeira e, conseqüentemente, uma limitação técnica ao nível das soluções estruturais adotadas e dos materiais e aparelhos usados, numa clara simbiose com a envolvente edificada. Adotando formas que se converteram elas próprias em intemporais, o românico popular acaba por assumir um carácter considerado arcaizante, existindo uma relação inversamente proporcional entre a distância cronológica e a evolução técnica.

Partindo assim do que acima foi exposto, podemos propor os seguintes momentos construtivos para a agora Capela da Senhora da Piedade. Usando os cachorros de proa como elemento fulcral, idênticos aos da capela-mor do Mosteiro de São Pedro de Cête, podemos afirmar com alguma certeza que a agora cabeceira foi edificada entre os finais do século XIII e o primeiro quartel do século XIV. Cumprindo primeiramente as funções de ermida, foi a Época Moderna que lhe terá acrescentado uma nave, ampliando-a assim e justificando a denominação de Capela que a partir do século XVIII se vulgarizou. Todavia, esta intervenção é difícil de precisar num tempo mais concreto tendo em conta o carácter mais erudito do talhe usado no arco triunfal, a que se contrapõe o aspeto assumidamente vernacular dos muros que dão forma à nave.

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Capela da Quintã encontra-se em vias de classificação. A sua nova condição, de edifício protegido, teve como fundamentos o facto de esta Capela “apresentar um valor patrimonial que assenta na materialização do passado histórico enquanto” honra e abadia “da Casa de Bragança, mantendo as suas características medievais de cariz românico”, assim como pelo facto de conservar as características rurais da sua envolvente, aspeto evidenciado no topónimo Quintã¹³. [MLB / NR]

A par da sua classificação, a Capela da Quintã aguarda que se ponha em prática o projeto de salvaguarda, conservação e valorização, que deverá arrancar no início de 2015. A execução do projeto tem como fim último “dotar o imóvel de melhores condições para a função que mantém viva – a de lugar de culto e realização de cerimónias” (Silva, 2012: 1). Tendo como princípio a reversibilidade da intervenção para garantir a continuidade do edifício, recorrendo para o efeito às técnicas tradicionais e às atuais, serão executadas as mais diversas ações que incidirão, sobretudo, na resolução dos problemas relativos a infiltrações e humidades, causa dos principais problemas existentes (Silva, 2012: 4). [RR]

12 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 395 e ss).

13 ANÚNCIO n.º 11820. D.R. Série II. 104 (2012-05-29) 19263.



CRONOLOGIA

1600: referência à ermida de Nossa Senhora;

1758: designada ermida da Senhora da Quintã;

1864: designada como Capela da Nossa Senhora da Piedade, "de estilo gothico";

2010: a Capela da Quintã passa a integrar a Rota do Românico;

2012: abertura do processo de classificação da Capela da Quintã.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ANÚNCIO n.º 11820. *D.R. Série II*. 104 (2012-05-29) 19263.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – *Cabido. Documentos vários. Tombo de igrejas. Tombo da igreja de São Miguel de Baltar*, [1600]. Fl. 226 v.º, 227, 229 v.º.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Vinte horas de liteira*. Porto: Edições Caixotim, 2002.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

DIAS, Pedro – *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FERREIRA, Agostinho José – *Baltar* [Memória Paroquial]. In CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2009.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN. DREM – *Igrejas do concelho de Paredes, 1864-1869*. Cx. 3215/21.

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995. Dissertação de doutoramento em história da arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado.

_____ – Mosteiro de São Pedro de Cête: 1. O Mosteiro na Época Medieval. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

SILVA, Pedro Miguel da Costa Pereira de Castro – *Projeto para a salvaguarda, conservação e valorização da Capela da Quintã e espaço envolvente. Fase I: projecto base*. Porto: Pedro Miguel da Costa Pereira de Castro Silva, 2012. Texto policopiado.

SIMÕES, Augusto Filipe – *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Lisboa: Typ. Portugueza, 1870.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Illustradas Marques Abreu, 1918.